



ACÓRDÃO Nº126/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 1627/2012.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Secretaria de Estado da Casa Civil
- 4- **Exercício:** 2011
- 5- **Responsável:** Raul Armonia Zaidan (Secretario) Carlos Alexandre Moreira de Carvalho M. de Matos (Ordenador de Despesa), Silvio da Costa Bringel Batista (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Périsson Lopes de Andrade - OAB/SP n.º 192.291
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD/AM
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 616/2019-DMP, Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Mário José de Moraes Costa Filho.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Secretaria de Estado da Casa Civil. Exercício de 2011.

Regularidade com ressalvas. Determinação. Ciência.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em divergência** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar Regular com Ressalvas** a Prestação de Contas do **Sr. Raul Armonia Zaidan**, Secretário de Estado da Casa Civil à época, do **Sr. Carlos Alexandre Moreira de Carvalho Martins de Matos**, Subchefe da Casa Civil (período de 01/01/2011 até 22/11/2011) e do **Sr. Silvio da Costa Bringel Batista**, SubChefe da Casa Civil (período de 23/11/2011 a 31/12/2011).
- 10.2. **Determinar** à atual gestão da Casa Civil que:
 - 10.2.1. Evite a realização de despesas sem prévio empenho, conforme estipula a Lei n.º 4.320/64;
 - 10.2.2. Exija, nos processos de concessão de diárias, de seus servidores relatórios de viagens e respectivas prestações de contas sobre o deslocamento efetuado;



ACÓRDÃO Nº126/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.2.3. Mantenha atualizado o inventário de bens patrimoniais, designando servidor responsável por guarda e manutenção, conforme determina a Lei n.º 4.320/64;

10.2.4. Observe, com mais afinco, as condições necessárias à dispensa ou inexigibilidade de licitação, priorizando, sempre que possível, a regra do art. 37, XXI, da CF/88;

10.2.5. Publique as declarações de bens de todos os servidores da Casa Civil em respeito à norma contida no art. 266 da CE;

10.3. Dar ciência ao Sr. Raul Armonia Zaidan, Secretário de Estado da Casa Civil à época, ao **Sr. Carlos Alexandre Moreira de Carvalho Martins de Matos**, Subchefe da Casa Civil (período de 01/01/2011 até 22/11/2011), ao **Sr. Sílvio da Costa Bringel Batista**, SubChefe da Casa Civil (período de 23/11/2011 a 31/12/2011) e à NPLAN Consultoria e Assessoria Ltda., através de patrono regularmente constituído, sobre o desfecho atribuído a estes autos.

Deixou de ser aplicado á Multa no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil), em virtude do Voto-Vista do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, o qual foi acolhido em sessão pelo Relator.

11- Ata: 6ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 27 de Fevereiro de 2019

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho e Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior.

13.1. Auditor presente e Relator: Mário José de Moraes Costa Filho.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral